



**DE MÚTUA CHANCELA: SIGNIFICADOS E ESTRATÉGIAS DO MATRIMÔNIO
ES CRAVO PARA SENHORES E CATIVOS. ALTO DO TERMO DA BORDA DO
CAMPO – SÉCULO XIX.**

Ana Paula Dutra Bôscaro*

Resumo: O presente trabalho apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa ainda em fase de desenvolvimento, cujo principal objetivo consiste na compreensão da presença, importância e significado da família escrava nas pequenas propriedades do Alto do Termo da Borda do Campo, Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, século XIX. Por meio da análise da Lista Nominativa para o ano de 1831, foi-nos possível demonstrar não somente a composição social destas pequenas escravarias, como também constatar e traçar o perfil das famílias cativas encontradas. A análise das famílias presentes nestas pequenas unidades produtivas nos levou a questionar sobre o papel que o matrimônio escravo desempenhou na vida dos senhores e dos próprios mancipios presentes na localidade, bem como tentar compreender se esta foi uma instituição resultante do poder desempenhado por estes pequenos proprietários, estando desta forma subordinada a autonomia senhorial, ou se foi antes, o resultado da afluência de desejos e vontades entre ambos os atores envolvidos.

Palavras-chave: Famílias Escravas; Estratégias, Pequenas propriedades.

***MUTUAL SEAL: MEANINGS AND STRATEGIES OF SLAVE MARRIAGE FOR
MASTERS AND SLAVES. ALTO DA BORDA DO CAMPO – CENTURY XIX.***

Abstract: This paper presents the initial results of a study still under development, whose main objective is to understand the presence, importance and significance of the slave family in small properties of Alto do Termo da Broda do Campo, Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, nineteenth century. Through analysis of Nominative List for the year 1831, we were able to demonstrate not only the social composition of these small properties, but also finds and profile of captive families found. The analysis of families present in these small

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – Minas Gerais.
E-mail: paulinha_gdac@hotmail.com.



production units has led us to question the role that slavery played in the marriage life of lords and mancipios present themselves in the locality, as well as trying to understand if this was an institution resulting from power played by these smallholders and is this subject so stately autonomy, or whether it was before, the result of the confluence of desires and wills between both actors involved.

Keywords: Slave Families; Strategies, Small properties.

Introdução

O presente trabalho apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa ainda em fase de desenvolvimento, cujo principal objetivo consiste na compreensão da presença, importância e significado da família escrava nos pequenos plantéis do Alto do Termo da Borda do Campo, Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais. Esta região fazia parte da fronteira dos grandes núcleos mineradores do século XVIII, uma área periférica, composta por pequenas propriedades, com atividades voltadas inicialmente para a mineração associadas às atividades vinculadas ao abastecimento interno.

A partir de meados da década de 1970, muitos foram os estudos que se dedicaram a analisar o modo de vida escravo no Brasil. Estes trabalhos que buscavam valorizar, sobretudo, os aspectos particulares do cotidiano escravo, muito contribuíram para formação da imagem de um sujeito cativo capaz e ativo. Estas pesquisas passaram a explorar as redes de negociações as quais os mancipios buscavam se integrar, destacando a prática do compadrio e o matrimônio cativo como umas das principais estratégias utilizadas, fosse para ganhos políticos, no caso dos escravos, fosse para ganhos econômicos, no caso dos proprietários.

Estes estudos, baseados principalmente em análises empíricas, tinham como principal corpo documental os inventários *post-mortem*, os registros paroquiais de batismo e as listas nominativas de habitantes. Estas fontes foram de suma importância para constatação da existência de famílias cativas estáveis, tanto nas grandes quanto nas pequenas escravarias, ainda que nestas últimas o número de famílias fosse inferior ao constatado nas médias e grandes posses.



Nossa pesquisa centra-se, portanto, na análise destas pequenas unidades produtivas nas famílias cativas nelas encontradas. A análise da Lista Nominativa para o ano de 1831 nos permitiu demonstrar, que as famílias cativas fizeram-se presentes também nesta região de economia interna e mais afastada dos grandes centros de revenda de produtos locais. Desta forma, buscaremos inicialmente discorrer sobre as famílias escravas na historiografia, apresentando primeiramente os trabalhos nos quais predominavam uma visão simplista sobre o cativo, que o concebiam como um ser inerte e desregado. Posteriormente, buscaremos enfatizar como este passou a ser visto a partir de meados da década de 1970, e os novos questionamentos que passaram a predominar nas pesquisas dos estudiosos sobre a escravidão.

Em seguida, apresentaremos ao leitor como se deu a formação da localidade por nós estudada, destacando as principais características dos seis povoados que compunham o Alto do Termo da Borda do Campo. Apresentada a localidade, nos deteremos aos resultados obtidos por meio da análise da Lista Nominativa de 1831, que nos possibilitou averiguar o número e a origem dos escravos presentes nestas pequenas escravarias, o estado civil destes municípios e também o perfil das famílias encontradas.

Por fim, buscaremos refletir sobre o significado que estas redes de parentesco assumiram para vida dos municípios e dos pequenos proprietários presentes no local. Neste sentido, nossa proposta consiste em perceber a importância destas famílias escravas tanto para os cativos quanto para os seus senhores, bem como entender se estes laços foram regulados somente pela vontade e autonomia destes pequenos proprietários, ou se eram também o reflexo dos desejos e estratégias de sobrevivência desses escravos.

Famílias escravas: um breve olhar sobre a historiografia:

A família é a organização social mais antiga da história da humanidade. A partir dela, todos os grupos se organizaram, e sobre ela percorreu quase toda a dinâmica cultural produzida pelo homem. A família, enquanto instituição social se entrecruza com os costumes, com as necessidades econômicas, e também com os fatores políticos.

O estudo da família tem atraído um número cada vez maior de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. No campo da história, as análises sobre esta instituição têm



se expandido e inúmeros trabalhos têm contribuído de forma significativa para o debate. Nas últimas décadas, a Demografia Histórica contribuiu muito para o crescimento e expansão do estudo da família entre os historiadores brasileiros, contudo, vale ressaltar, que durante muito tempo estas análises não abrangeram certos grupos sociais em suas pesquisas.

O estudo sobre as famílias, o cotidiano e as culturas escravas foi visto como algo inviável até meados da década de 1970. Ao longo do século XIX e boa parte do século XX, a produção historiográfica sobre a escravidão, de uma maneira geral, enfocava a coisificação e vitimização dos escravos, como se os direitos e desejos senhoriais condicionassem por si só a vida no cativo.

Predominava a crença na impossibilidade de constituição de laços familiares entre os mancípios, uma vez que o cotidiano nas senzalas era marcado pela existência de relações sexuais promiscuas, desregramento e instabilidade¹. Florestan Fernandes considerava que os reflexos do cativo e a própria ação dos senhores no sentido de impedir a formação de redes de solidariedade entre os escravos, fragilizava diretamente a formação dos laços familiares dos mesmos. Este impedimento acabava por dificultar a formação de uniões estáveis, deixando os mancípios sem um norteamento de comportamento social e minimizando assim, sua capacidade enquanto sujeitos históricos².

Acreditava-se que a deformação moral intrínseca ao próprio sistema escravista solapava todos os aspectos culturais que os negros pudessem ter trazido da África. Sendo assim, Caio Prado Junior acreditava ser o comportamento cativo marcado pela tônica da permissividade, e o escravo caracterizado por seu comportamento social anômico³.

Para Roger Bastide a linhagem familiar e as expressões culturais foram os aspectos mais afetados pela escravidão. Segundo este autor, a saída da África não ocasionava somente a perda da identidade e da cultura dos negros, uma vez que ao chegarem ao Brasil, estes cativos também perdiam o referencial de pai escravo, já que, devido à libertinagem desses indivíduos a mãe se fazia mais presente e a figura paterna passava a ser representada pelo próprio senhor, como resultado de um processo de aculturação⁴.

¹ FLORESTAN apud SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 30-31.

² FLORESTAN apud SLENES. *Na senzala uma flor*, 1999. p. 30-31

³ PRADO apud SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*, 1999. p.29-30.

⁴ BASTIDE apud SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*, 1999. p.31.



Corroborando com a visão dos autores supracitados, Emília Viotti da Costa afirmava que a promiscuidade nas senzalas teria sido favorecida por diversos fatores, tais como a desorganização das tradições africanas, o interesse econômico dos senhores, e também a grande diferença entre o número de mulheres e de homens, produzido, sobretudo, pela seleção sexual do tráfico atlântico. Nas palavras da autora:

Ao mesmo tempo em que degradou o trabalho e corrompeu as relações entre os brancos, a escravidão desorganizou a vida familiar. (...) De um lado havia a família branca, aparentemente monogâmica; de outro a promiscuidade das senzalas a incitar e favorecer a poligamia do senhor⁵.

O reconhecimento do cativo como um sujeito histórico ativo, capaz de influir em sua condição de cativo, apto a negociar a obtenção de sua liberdade e principalmente qualificado para formação e manutenção de uma família, foi incorporado por parte significativa da historiografia sobre a escravidão.

Estes novos estudos, que a partir da década de 1970 começaram a se contrapor as análises realizadas, sobretudo, pela chamada Escola Sociológica Paulista ⁶, foi impulsionado em grande medida pela valorização das pesquisas empíricas e pela adoção de diferentes fontes históricas, especialmente as demográficas e quantificáveis, que possibilitaram a reconsideração e o questionamento de inúmeros aspectos da escravidão.

Estas novas pesquisas buscavam colocar o sujeito escravo em cena, e mais do que mostra-lo, buscava-se entender e descobrir quem era esse sujeito, atentando-se para os limites e possibilidades que o rodeava. O cotidiano cativo passou a ser analisado para além da violência, instabilidade e promiscuidade, sendo o escravo estudado juntamente com suas relações de solidariedade e em sua própria comunidade, buscando articularesteindivíduo com o mundo em que vivia ⁷.

⁵ COSTA, Emília Viotti. *Da senzala a colônia*. 3ª edição. São Paulo: UNESP, 1998. p. 16.

⁶ Na Escola Sociológica Paulista destacam-se os trabalhos de Emília Viotti, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira e Roger Bastide.

⁷ Neste sentido ver: SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FLORENTINO, Manolo & GÓES, Jose Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.



Sabe-se hoje que as pesquisas sobre as famílias escravas não se centram mais em torno de sua existência, mas sim a acerca das condições de sua formação, das perdas e ganhos para senhores e escravos, das estratégias, ou seja, da sua importância enquanto mecanismo articulador entre as expectativas dos escravos e os interesses econômicos dos proprietários.

O Alto do Termo da Borda do Campo

Na Comarca do Rio das Mortes estabelecida em Minas Gerais no ano de 1714, encontrava-se o Termo da Borda do Campo, região próxima a Barbacena. Esta região fazia parte da fronteira dos grandes núcleos mineradores do século XVIII, uma área periférica, de inserção econômica relativamente modesta, composta primordialmente por pequenas propriedades, com atividades voltadas inicialmente para a mineração associadas às atividades vinculadas ao abastecimento interno.

A Comarca do Rio das Mortes caracterizava-se principalmente pela grande concentração populacional que se encontrava presente em Minas Gerais, sendo esta constituída tanto por homens livres quanto por escravos. Como nos mostrou o estudo de Carla Almeida⁸, dentre o período de 1767 a 1776 todas as comarcas de Minas Gerais tiveram sua população acrescida, sendo estes números facilmente verificados na Comarca do Rio das Mortes que até o ano de 1821 havia crescido 158,05%, apresentando, portanto, a maior concentração populacional da capitania.

O Termo da Borda do Campo localizado na referida Comarca, como muitas outras áreas mineiras teve seu processo de ocupação intrinsecamente ligado ao circuito mercantil do Caminho Novo, onde seus primeiros moradores enraizaram-se concentrando terras e controlando as rotas comerciais do mercado interno. Esta ocupação caracterizada pelo perfil concentrador, contou com a presença de algumas famílias pioneiras que incorporando cada vez mais terras às sesmarias concedidas e demarcadas pela Coroa portuguesa, ampliavam os limites de suas posses.

⁸ALMEIDA, Carla. (2006). De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. In: *Locus* (Juiz de Fora), v. 11. p. 137-160.



Segundo Edna Maria Resende, estes sesmeiros que ocuparam a região dedicavam-se prioritariamente à agricultura, e de forma secundária à pecuária⁹. Nas fazendas presentes no Termo da Borda do Campo houve o cultivo de diversas atividades, tais como a plantação de milho, feijão, mandioca, trigo e até o algodão, que muitas das vezes favorecia a produção doméstica de fios e panos. Em muitas fazendas notava-se também a presença de gado vacum, porcos, ovelhas e cavalos. Estas atividades produtivas tonaram-se possíveis a estes primeiros povoadores devido ao acesso destes ao Caminho Novo, responsável por estabelecer os circuitos mercantis capazes de integrar diretamente as capitânicas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Contudo, como verificou André Figueiredo Rodrigues, paralelo a este processo de doações e concessões de sesmarias que conduziu a uma rápida ocupação e concentração da terra na mão de poucos, houve também espaço para a fixação de homens e mulheres livres e pobres, que arrendaram terras tanto para produção agropastoril, quanto para formação de pequenas roças para estabilização de suas famílias¹⁰.

Sabe-se que os descobertos auríferos em Minas Gerais atraiu um intenso afluxo de pessoas para as várias áreas das Gerais, em especial aquelas dedicadas à mineração. Todavia, este aumento populacional fez-se sentir também nas áreas mais periféricas, como o Termo da Borda do Campo, que teve em sua área mais alta o “florescer de pequenos povoados, cuja fundação de se deu em função de alguns descobertos auríferos, como também pela tentativa de criação de roças voltadas para o abastecimento¹¹”.

Como afirmou Mônica Ribeiro de Oliveira, o Alto do Termo da Borda do Campo, composta por seis povoados - Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ribeirão de Alberto Dias, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina - caracterizava-se por ser uma localidade mais afastada dos grandes centros de

⁹RESENDE, E. M. (2009). Os senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo no século XVIII. In: *Mal-Estar e Sociedade*, v. 1. p. 121-143.

¹⁰RODRIGUES, André Figueiredo. (2002) *Um potentado da Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP.

¹¹OLIVEIRA, Mônica. R. (2012). Famílias dos Sertões da Mantiqueira. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v, XLVIII, p. 100-115.



revenda de produtos locais, com terras menos férteis e presença de serras íngremes que acabavam por dificultar a fixação de agrupamentos humanos no local¹².

Nosso objeto de análise encontra-se, portanto, nesse espaço composto por pequenas roças, com ausência de um espaço político e inicialmente caracterizado pela baixa demografia. Segundo Oliveira, durante os anos de 1740 e 1770, ocorreu o período de pico da ocupação da região. Marcada por um forte movimento migratório, o Alto do Termo da Borda do Campo foi composto por portugueses provenientes da região do Minho, do noroeste de Portugal e arcebispado de Braga e Viana, assim como por portugueses originários dos Açores e Madeira, que atraídos pelas terras e possibilidade de enriquecimento estabeleceram-se na localidade¹³. Além dos portugueses, o Alto do Termo da Borda do Campo contou ainda com a presença dos nacionais paulistas e fluminenses, que ao se tornarem proprietários de pequenos alqueires de terra consolidaram suas relações políticas e sociais.

O perfil das famílias cativas presentes nas pequenas propriedades do Alto do Termo da Borda do Campo

Como vimos, na área mais alta do Termo da Borda do Campo, região próxima a Barbacena, estava localizado o Alto do Termo da Borda do Campo, uma localidade composta por seis povoados, Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ribeirão de Alberto Dias, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina. Esta localidade caracterizava-se por ser mais afastada dos grandes centros de revenda de produtos locais, uma área periférica, com terras menos férteis e presença de serras íngremes.

Nesse espaço composto por pequenas roças, com ausência de um espaço político e inicialmente caracterizado pela baixa demografia, foi-nos possível constatar o predomínio dos domicílios sem nenhum ou com até três cativos nos seis povoados que compunham a localidade. Contudo, como o intuito desta pesquisa consiste na compreensão da presença,

¹²OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. (2011). Avô imigrante, pai lavrador, neto cafeicultor: análise de trajetórias intergeracionais na América Portuguesa (séculos XVIII e XIX). In: *Varia História (UFMG. Impresso)*. v. 27, p. 625-644.

¹³OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Famílias dos Sertões da Mantiqueira*, 2012. p. 100-115.



importância e significado do matrimônio escravo nestas pequenas escravarias, selecionamos aquelas propriedades nas quais foi verificada a presença de até três mancipios.

Através da Lista Nominativa para o ano de 1831, percebemos que a presença de africanos foi bastante significativa na região. Foram avaliados 114 fogos (residências) e constatado um total de 213 cativos entre crianças e adultos. Destes 213 cativos, 96 foram analisados como crioulos e 100 como africanos, 11 escravos listados como pardos e 6 listados como mestiços. Os africanos representaram neste contexto 47% da população mancipia da região, um número bastante expressivo para uma localidade extremamente periférica.

No que se refere ao sexo destes cativos, em relação aos mancipios africanos constatamos a predominância do sexo masculino com 70 indivíduos homens e apenas 30 mulheres. Já os mancipios crioulos apresentaram um maior equilíbrio sexual, perfazendo um total de 46 homens e 50 mulheres. Dentre os 11 escravos designados como pardos, 8 eram homens e 3 eram mulheres, e no que concerne aos mestiços, 4 eram mulheres e os outros 2 eram homens.

Tabela 1: Origem dos Escravos – Porcentagem

Alto do Termo da Borda do Campo – 1831

Cativos	Crioulos	%	Africanos	%	Pardos	%	Mestiços	%
Homens	46	47,9	70	70	8	72,7	2	33,3
Mulheres	50	52,1	30	30	3	27,3	4	66,7
Total	96	100	100	100	11	100	6	100

Tabela elaborada com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizadas no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

Estes números confirmam os estudos de autores como José Flávio Motta, Clotilde Paiva e Tarcísio Botelho, que em suas pesquisas destacaram que as razões de masculinidade entre escravos oriundos da África eram recorrentes, uma vez que havia uma nítida preferência pela importação de indivíduos do sexo masculino, mais aptos ao trabalho que mulheres e crianças. No que concerne ao equilíbrio entre os sexos exibido pelos cativos crioulos, estes



autores afirmaram ser esta a indicação primordial de que a reprodução natural provavelmente ocorreria nestas pequenas propriedades¹⁴.

Os números de escravos crianças e adultos confirmam os resultados supracitados. Contabilizamos um total de 27 crianças e 186 adultos. Vale ressaltar que foram conceituados como crianças, aqueles cativos com até 10 anos de idade, sendo os demais computados como mancipios adultos. Destas 27 crianças, 23 eram crioulas e apenas 4 africanas. Ou seja, nas propriedades do Alto do Termo da Borda do Campo, 85,7% das crianças encontradas eram inerentes daquela região e apenas 14,3% eram africanas.

Podemos inferir, portanto, que houve a predominância ainda que diminuta dos escravos nativos sobre os africanos, bem como a significativa presença de crianças nascidas na região com idade de até 10 anos. Tais dados revelam a possibilidade da reprodução endógena como mecanismo de reposição de parte da força de trabalho, ainda que encontremos parcela majoritária de africanos nas faixas etárias produtivas, indicando também uma provável recorrência ao tráfico.

No que concerne ao estado civil destes mancipios, foi-nos possível perceber que o maior percentual de africanos casados fez-se refletir na composição social das famílias escravas encontradas na localidade. Assim, dos 213 escravos analisados, 170 foram designados como solteiros, 18 como casados, 24 intitulados como “sem informação”, e apenas 1 como listado como viúvo. Ao contabilizarmos separadamente o estado civil dos 96 crioulos, 100 africanos, 11 pardos e 6 mestiços, nos deparamos com um total de 15 africanos designados como casados e apenas 3 crioulos com o mesmo estado civil. Nenhum dos pardos ou mestiços avaliados apresentou o estado civil de casado, sendo todos eles designados como solteiros ou “sem informação”. A tabela abaixo nos permite uma melhor visualização dos dados expostos:

Tabela 2: Escravos: Estado Civil – Porcentagem
Alto do Termo da Borda do Campo – 1831

¹⁴Neste sentido ver: MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAFESP. Annablume, 1999; PAIVA, Clotilde Andrade & BOTELHO, Tarcísio R. (1995). População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. In: *Anais do VII Seminário Sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG.



Cativos	Crioulos	%	Africanos	%	Pardos	%	Mestiços	%
Casados	3	3,2	15	15	--	--	--	--
Solteiros	78	81,4	81	81	6	54,5	5	83,3
Sem informação	15	15,4	3	3	5	45,5	1	16,7
Viúvos	0	-	1	1	--		--	--
Total	96	100	100	100	11	100	6	100

Tabela elaborada com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizadas no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

Ao selecionar como objeto de estudo as famílias encontradas na localidade, foi-nos possível constatar a presença de 5 casamentos endógamos de africanos e 3 casamentos mistos entre crioulos e cativos oriundos da África. Estes resultados obtidos para Alto do Termo da Borda do Campo se aproximam da hipótese de Robert Slenesao afirmar que as preferências endógamas conviveram constantemente com a aceitação das práticas exógamas¹⁵. Esta afirmação se torna ainda mais evidente quando se destaca a ausência de matrimônios endógamos entre os crioulos, uma vez que os 3 cativos nacionais arrolados como casados formavam uniões mistas com africanos.

Acreditamos que a própria demografia do tráfico na localidade possa explicar, em parte, os dados acima expostos. Contudo, devemos levar em consideração que a diferença numérica entre africanos e crioulos era ínfima, uma vez que os mancípios africanos e crioulos representaram 47% e 45% da população cativa local respectivamente. Outro fator que nos chamou atenção durante a análise, foi o equilíbrio sexual existente entre os cativos crioulos (46 homens e 50 mulheres), havendo, portanto, a possibilidade de se formarem uniões endógamas também entre estes mancípios. Tais fatores nos leva á alguns questionamentos: Qual a importância da constituição de uma família para estes recém-chegados? A construção de laços de parentesco teria o mesmo significado tanto para os crioulos quanto para os africanos? Estes casamentos eram o reflexo somente do poder e da autonomia desses pequenos proprietários sobre seus mancípios?

¹⁵SLENS, Robert W. *Na senzala, uma flor*, 1999.

O matrimônio escravo como estratégia para senhores e cativos

Sabe-se hoje, seja por meio das documentações primárias, seja por meio da historiografia sobre o tema, que a formação de laços familiares entre os cativos foi uma constante, e muitos foram os mancípios que se encontravam inseridos em um núcleo familiar, fosse ele extenso ou mesmo matrifocal.

Alguns documentos da época, em especial as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia em vigor a desde 1707, demonstravam como os cativos foram acolhidos no que concerne aos matrimônios no Brasil. Segundo esse regulamento que evocava o direito divino e humano, os escravos podiam unir-se com outros indivíduos cativos ou livres:

“Seus senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por este respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro, por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir”¹⁶.

Assim a Igreja estendia também o sacramento do matrimônio aos cativos. Nestes documentos foi-nos possível encontrar um título inteiro dedicado a alertar aos senhores de escravos o fato deles serem obrigados, como bons cristãos, a ensinar ou fazer ensinar a doutrina cristã, fosse para seus filhos, criados ou escravos:

(...) mandamos a todas as pessoas, assim eclesiásticas, como seculares, ensinarem ou façam ensinar a Doutrina Cristã à sua família e especialmente a seus escravos que são os mais necessitados desta instituição pela sua rudeza¹⁷.

Por meio da leitura dos dois trechos acima retirados das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, fica claro que havia um reconhecimento social dos laços de parentesco estabelecido por meio do casamento, mesmo quando estes casamentos se realizavam entre os escravos. A existência de uma doutrina legitimadora das relações conjugais entre cativos

¹⁶Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia feita e ordenada pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, arcebispado do dito Arcebispado, e do Conselho de sua majestade: propostas e aceitas e, Sinodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Primeira edição, Lisboa 1719 e Coimbra. São Paulo: Typografia2 de dezembro de Antônio Louzada Nunes, 1853 p. 303.

¹⁷CONSTITUIÇÕES, 1853. p. 303.



demonstra, sobretudo, a preocupação da Igreja em regulamentar as associações maritais dos mancebros.

Apesar disso, o matrimônio sancionado pela Igreja foi realidade para a minoria dos casais cativos na sociedade brasileira escravista. Embora os escravos fossem considerados humanos pelo direito canônico a ponto de poder casarem-se e constituírem famílias, estavam ainda limitados pelo poder e autonomia senhorial. Isso porque, como demonstrado, a legislação eclesiástica previa o direito do cativo ao casamento, mas mantinha inquestionável sua condição de bem material pertencente a outrem¹⁸.

Embora muitos senhores incentivassem as uniões entre seus mancebros, pouquíssimas foram oficialmente sacramentadas pela Igreja Católica. Segundo Sheila de Castro Faria, no século XIX os constantes entraves burocráticos à realização dos matrimônios entre mancebros levaram a uma perda de interesse dos escravos pelas formas católicas de união matrimonial¹⁹. Os trâmites para a realização de casamentos de escravos eram os mesmos da população livre, sendo necessária a apresentação de alguns documentos, testemunhas e também a realização de alguns rituais, exigências que acabavam por dificultar, e muito, o acesso dos cativos ao matrimônio legal²⁰.

A criação de laços parentais, de solidariedade e o conseqüente pertencimento a uma comunidade cativa foi o desejo de vida de muitos mancebros no período colonial. Buscando a efetivação destes laços, muitos recorreram a outras formas de uniões que não as legitimadas pela Igreja. Desta forma, pode-se afirmar que as relações consensuais foram a tônica entre os escravos durante o período colonial, pois mesmo quando as uniões matrimoniais nos moldes cristãos não se tornavam efetivas, estes mancebros buscavam constantemente outros meios para formulação de laços familiares, como por exemplo, a realização de uniões consensuais²¹.

Como dito anteriormente, através da Lista Nominativa para o ano de 1831, foi-nos possível analisar nos seis povoados por nós selecionados, aquelas propriedades que contavam com a presença de até 3 cativos em sua composição social. A análise destas pequenas escravarias nos viabilizou a constatação de 5 prováveis uniões consensuais.

¹⁸FARIA, Sheila. *A colônia em movimento*, 1998. p. 312-322.

¹⁹FARIA, Sheila. Op., cit., p. 58.

²⁰FARIA, Sheila. Op., cit., p. 58.

²¹MACHADO, Cacilda da Silva. *A Trama das Vontades: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São Jose dos Pinhais – PR, passagem do século XVIII para o XIX)*. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. p. 235.



Este parece ter sido o caso dos cativos que compunham a reduzida escravaria de Tomás da Silva Braga, proprietário casado, de 44 anos, residente no povoado de Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca. Nesta pequena propriedade residia o crioulo Miguel de 49 anos, intitulado como solteiro, a africana Joana de 27, também listada como solteira, e a pequena Delfina, crioula de 2 anos, referenciada como “sem informação”²².

Situação semelhante pôde ser observada também no domicílio de José Vital Neves, proprietário casado, de 40 anos, residente no mesmo povoado. Este pequeno proprietário tinha posse sobre o africano João de 18 anos e sobre a crioula Inocência de 22 anos, ambos intitulados como solteiros. Fazia parte da composição de sua reduzida escravaria, também o inocente Manoel, crioulo de 1 ano de idade, designado como “sem informação”²³.

Estas uniões consensuais, embora não fossem sacramentadas pela Igreja Católica podiam ser igualmente reconhecidas, estáveis e duradouras, realizando muitas das vezes o desejo dos cativos em sentir-se parte de uma família. Todavia, fosse por meio das uniões legalizadas, fosse por meio das uniões consensuais, não nos é possível saber até que ponto esteve em pauta o desejo dos escravos e a influencia e autonomia dos senhores.

Deste modo, nos propomos entender o papel do matrimônio escravo sobre dois prismas diferentes. Sob a perspectiva destes pequenos proprietários e seus interesses em manter e/ou ampliar suas escravarias, onde não estará em questão o sentido político da família cativa, mas o estrutural e econômico; e sob a perspectiva dos próprios escravos presente nestas pequenas unidades produtivas, enfatizando em especial o aspecto político desta instituição, uma vez que para os mancípios, o matrimônio e a conseqüente formação de famílias, sacramentadas ou não, poderia resultar no ganho de algumas regalias e privilégios.

Grande parte dos trabalhos que se dedicam a estudar a constituição de famílias escravas tendem a analisar as grandes *plantations* exportadoras, uma vez que estas dispunham de maiores escravarias, havendo, portanto, uma chance mais elevada de se encontrar casais cativos²⁴. Sabe-se hoje, que embora o tamanho da escravaria pudesse influenciar na

²² Fonte: Listas Nominativas de 1831 disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

²³ Fonte: Listas Nominativas de 1831 disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

²⁴ Neste sentido ver: SLENS, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava-Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FLORENTINO, Manolo; GÓES, José



constituição das famílias cativas, estas se fizeram presentes também, mesmo que em menor número, em áreas mais periféricas, voltadas para o mercado interno e formadas primordialmente pelas médias e pequenas propriedades, como era o caso do Alto do Termo da Borda do Campo²⁵.

Apesar do pequeno número de cativos legalmente casados encontrados na localidade, vale destacar que tanto nas grandes quanto nas pequenas propriedades, a constituição de famílias poderia significar para os escravos, tanto crioulos quanto os africanos, uma estratégia de socialização e de extensão de suas redes de solidariedade, principalmente para estes últimos que sendo estrangeiros não possuíam nenhum laço de parentesco. Sendo assim, em hipótese e corroborando com a argumentação de João Frágoso, acredita-se que após serem desenraizados de forma violenta pelo tráfico escravo atlântico, estes africanos tinham pressa em constituir laços de sociabilidade na nova terra, buscando parceiros que lhes permitissem a constituição de uma família e, portanto, uma maior integração nos plantéis²⁶.

Esta busca por uma maior integração e sociabilidade fez-se refletir no número de crioulos e africanos legalmente casados encontrado nos seis povoados do Alto do Termo da Borda do Campo, permitindo-nos perceber tamanha a importância e influência que a formação de uma família poderia fomentar na vida destes municípios, em especial na vida dos africanos recém-chegados.

Para muitos cativos, a família era vista como a expressão de um mundo mais amplo criado a partir das “esperanças e recordações” dos escravos, e por isso, constituía-se como um elemento cultural importante para a formação de identidades no cativeiro²⁷. Slenes afirmava que o casamento e a consequente formação de famílias cativas, além de permitir uma maior socialização entre os escravos, era também uma forma de se obter alguns benefícios.

Na visão deste autor, constituir uma família significava adquirir também, na maioria das vezes, um espaço de autonomia representado pela possibilidade de viver em senzalas

Roberto. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790 - 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

²⁵Foi-nos possível constatar a existência de famílias cativas em áreas periféricas, como o Alto do Termo da Borda do Campo, através da Lista Nominativa de 1831 disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

²⁶FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Fatima, Maria, de. (Org). *O Brasil Colonial 1720-1821*. Vol. 3. 1º Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

²⁷SLENES, 1999. p. 49.



individuais, ter controle sobre o fogo doméstico para preparar seus próprios alimentos e escolher com quem compartilhar o momento da refeição. Logo, em Campinas, ser casado significou entre outras coisas, ter uma residência própria, maior proteção e liberdade²⁸.

Da mesma forma, para Hebe Mattos a família funcionava como um fator de distinção no interior do cativo, uma vez que proporcionava aos indivíduos escravizados uma experiência de relativa liberdade, além de aproxima-los do mundo dos livres²⁹. Através do matrimônio e da formação dos laços de parentesco, de dependência e do consequente acesso ao cultivo de uma roça própria, estes escravos poderiam melhorar o seu cotidiano, e em certa medida aproximarem-se da condição das pessoas livres e pobres que formavam a sociedade³⁰.

Além destes benefícios e ganhos materiais, o casamento poderia representar também uma possibilidade de ascensão social. Roberto Guedes, por meio da análise de alguns fragmentos de trajetória familiar, buscou relatar o percurso da mobilidade social de Joaquim Barbosa Neves e de seus descendentes. Por meio da análise da vida deste personagem pardo, o autor pôde inferir que o matrimônio e a estabilidade familiar estiveram diretamente ligados com as estratégias de ascensão social³¹. Guedes ressalta que a mobilidade social não se fundamentava apenas no enriquecimento, mas antes na reputação social. Esta reputação, embora restrita e gradativa, poderia se consolidar por meio dos casamentos, da estabilidade familiar, do trabalho, das redes de solidariedade e das alianças estabelecidas com a elite³².

Já para Manolo Florentino e José Roberto Góes, a família escrava podia funcionar como pacificadora dos conflitos, tanto no que concerne a relação escravo/ escravo, quanto no que concerne a relação senhor/escravo. Conforme sugerido pelo título “Paz nas Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico”, os autores investigam a família escrava considerando sua relação com o tráfico de escravos, destacando que a constante chegada de estrangeiros

²⁸SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*, 1999, p. 49.

²⁹MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 123.

³⁰MATTOS, Hebe apud SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*, 1999. p. 51.

³¹GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: *Conquistadores e negociantes – História de elites no antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.p. 340.

³²GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista, 2007. p. 340-341.



criava um ambiente propenso á conflitos. Assim, diante desta situação a família surgiria como um instrumento para estabelecer a paz ³³.

A família escrava além de cimentar a comunidade cativa, beneficiaria também os senhores, uma vez que os laços de parentesco contribuíam também para minimizar insatisfações e tornar mais difíceis as rebeliões. Importa destacar, porém, que ao reconhecer o valor da família escrava para a manutenção do próprio escravismo, estes autores não diminuem a sua importância para os mancípios, tampouco excluem a sua capacidade de ação ³⁴.

As obras supracitadas deixam claro o papel dos cativos na construção de suas próprias vidas, as transformações que poderiam operar na sociedade escravista, bem como a importância política e social que a instituição familiar poderia representar na vida destes mancípios. No entanto, em todos estes estudos foi-nos possível notar também as limitações impostas pelos senhores, bem como o uso de sua influência e autonomia na vida dos seus escravos.

Os proprietários tinham plena autonomia tanto para incentivar a formação de uniões entre os escravos, quanto para dificultá-las. Um dos motivos mais apontados pela historiografia para atravancar o acesso ao casamento e a conseqüente formação de famílias, foi à tentativa de minimizar os conflitos que poderiam surgir em futuras separações.

Efetivamente, o momento de maior instabilidade para as famílias escravas era representado pela morte do senhor e a conseqüente divisão dos bens entre os herdeiros. Segundo Sidney Chalhoub, esse acontecimento marcava o início de um período de incertezas e medo constante da separação ³⁵. Para alguns senhores, a união legitimada pela Igreja acabava por permitir a estes escravos oficialmente casados a aquisição de certa autonomia, sendo este um dos impeditivos a realização do casamento católico. Estes proprietários viam nessas uniões sacramentadas um empecilho no caso de venda de um dos conjugues, pois poderia incitar revoltas e conflitos na hora da partilha.

³³FLORENTINO, Manolo & GÓES, Jose Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 32-37.

³⁴FLORENTINO, Manolo & GÓES, Jose Roberto. Op., cit., p. 81.

³⁵CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 111.



No caso dos nossos 114 proprietários, esta preocupação em minimizar os conflitos tornava-se ainda mais evidente. Estes homens e mulheres pobres tinham em seus escravos sua maior fonte de riqueza, logo, ao selecionar um bem para ser repartido entre os herdeiros, muitas das vezes, a sua única opção, além dos míseros pertences que lhes restavam, seriam os poucos cativos adquiridos ao longo de suas vidas.

A maior parte destes pequenos proprietários, devido ao reduzido número de cativos presentes em suas propriedades, optava por repartir o valor do escravo, dividindo este valor entre os seus herdeiros. Ao analisar os inventários *post-mortem*³⁶, nos deparamos com esta situação em diversos momentos, sendo uma estratégia utilizada por diversos homens e mulheres livres e pobres no Alto do Termo da Borda do Campo.

Outra explicação plausível para o pequeno índice de casamentos na localidade reside no fato de que os senhores não costumavam permitir que os escravos se casassem com os cativos de outras fazendas, devido ao risco de possíveis fugas³⁷. Este empecilho dificultava ainda mais a formação de casais, uma vez que nas pequenas propriedades, primordialmente aquelas com até 3 cativos, a probabilidade de existir um homem e uma mulher com faixas etárias compatíveis era muito menor.

Segundo Sheila de Castro Faria, o pequeno índice de casamentos legais, além de representar uma “cristalização do processo de interferência direta dos senhores na vida dos negros cativos³⁸”, poderia ser explicada também pela constante chegada de mancípios estrangeiros no Brasil na primeira metade do século XIX, fazendo com que as práticas africanas passassem a ditar o modo de vida e as formas de organização familiar nas escravarias³⁹.

Corroborando com esta hipótese, Florentino e Góes destacaram que no agrofluminense, na primeira metade do século XIX houve uma queda nos índices de casamentos oficialmente legalizados pela Igreja. Segundo estes autores, o aumento de africanos não aparentados que chegavam em quantidades cada vez maiores nas senzalas,

³⁶Inventários *post-mortem* coletados do Arquivo Professor Altair Savassi em Barbacena. 1SVC Caixa 14 Ordem 10, 2SVC Caixa 132 Ordem 08, 2SVC Caixa 148 Ordem 13, 2SVC Caixa 146 Ordem 08, 1SVC Caixa 51 Ordem 29, 1SVC Caixa 52 Ordem 02, 2SVC Caixa 97 Ordem 16, 1SVC Caixa 07 Ordem 11, 2SVC Caixa 150 Ordem 23, 2SVC Caixa 08 Ordem 12.

³⁷SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor*, 1999, p. 223.

³⁸FARIA, Sheila. *A colônia em movimento*, 1998, p. 339.

³⁹FARIA, Sheila. Op., cit., p. 340.



acabou gerando uma certa urgência na criação de laços, fazendo com que eles se unissem sem necessariamente passar pelo matrimônio ⁴⁰. Estes africanos que muitas das vezes viviam em uniões consensuais, as legitimavam por meio de seus próprios ritos matrimoniais ⁴¹. Tais afirmações muito coadunam com os dados obtidos para a localidade por nós estudada, uma vez que os africanos representaram 47% da população cativa encontrada, podendo muitos deles, além dos casais já acima aferidos, estarem unidos por meio de outros enlaces.

Desta forma, vale ressaltar que a baixa incidência de casamentos legais entre os escravos não significava, contudo, a ausência de relações familiares entre a população cativa. O maior problema na análise da Lista Nominativa, bem como na maior parte dos documentos que buscam entender e reconstruir os laços familiares que foram estabelecidos pelos escravos, tanto crioulos quanto africanos, reside no fato de que o estado conjugal destes cativos era feito levando-se em consideração única e exclusivamente o reconhecimento das uniões perante a Igreja. Desta forma, as uniões consensuais não apareciam no recenseamento, não nos sendo possível utiliza-los na contagem por não serem registros verificáveis.

Todas as considerações supracitadas poderiam ter influenciado o não incentivo ao casamento legal entre os cativos presentes na localidade. Porém, muitos outros fatores poderiam fazer com que estas uniões fossem incentivadas e dentre elas, destacamos primeiramente, a possibilidade de manutenção das escravarias por meio da reprodução endógena.

A reprodução natural foi de extrema importância para a composição e manutenção das propriedades escravistas. Sua importância estrutural foi maior nas pequenas unidades produtivas, isso porque os pequenos proprietários, embora muitas vezes recorressem ao tráfico atlântico de escravos, tinham recursos econômicos mais restritos. Destarte, muito possivelmente, a formação destas famílias escravas e o conseqüente nascimento de crianças fruto destas uniões sancionadas ou não, representaram para os senhores a ampliação de sua posse e riqueza.

Aventamos a hipótese de que os pequenos proprietários do Alto do Termo da Borda do Campo, por serem indivíduos extremamente pobres, dependentes principalmente da

⁴⁰FLORENTINO & GÓES. *A paz das senzalas*, 1997. p. 141-144.

⁴¹KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. 2ª edição. Trad: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 379.



acumulação de excedentes para a compra de seus escravos, viam na formação das famílias cativas, bem como na reprodução natural de suas reduzidas escravarias, uma maneira de ampliar sua posse e ascender socialmente. A nosso ver, a constituição de famílias cativas, sobretudo, nas pequenas propriedades foi um componente que entrou positivamente nos cálculos econômicos destes pequenos proprietários, adotando muitas vezes, a reprodução natural como uma das formas de manutenção ou ampliação de suas posses.

Partimos do pressuposto de que a aquisição de um ou mais cativos representou para estes homens e mulheres livres e pobres não somente o complemento do trabalho familiar, mas antes, uma forma de distinção social. O matrimônio entre os mancípios e as crianças advindas destes enlaces, poderia possibilitar ainda que em longo prazo, a não recorrência ao tráfico de escravos e manutenção das unidades por meio da reprodução natural.

Ainda assim, acreditamos ser minimamente reducionista considerar a formação de famílias cativas e o possível nascimento de crianças sob o julgo da escravidão, unicamente como uma “estratégia senhorial” para manutenção, ampliação ou mesmo ascensão destes pequenos proprietários e seus domicílios. Neste sentido, corroboramos com a hipótese de A.J.Russell-Wood ao afirmar que pode ter havido coincidência entre as aspirações dos senhores de escravos e dos próprios cativos, uma vez que ambos se beneficiavam com a formação das famílias escravas⁴².

Consideramos ser a família cativa fruto tanto dos interesses de proprietários quanto dos próprios mancípios que compunham as escravarias, pois para que a família cativa pudesse ser estabelecida, não bastava somente à vontade dos escravos, tampouco as vantagens políticas sobrevindas da formação desta instituição. Da mesma forma que não é válido levarmos em consideração apenas os ganhos econômicos destes pequenos proprietários. Para que a família escrava pudesse ser estabelecida, deveria haver a existência de meios propícios para a consolidação da mesma, meios estes, que só se tornavam possíveis através da interação entre os desejos e aspirações de senhores e cativos.

Considerações Finais

⁴²RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



A Lista Nominativa de Habitantes de 1831 nos permitiu avançar um pouco mais no conhecimento acerca da população escrava que compunha a Província de Minas Gerais no século XIX. Por meio da análise desta fonte documental, foi-nos possível analisar as características das famílias cativas que compunham as reduzidas escravarias do Alto do Termo da Borda do Campo, contribuindo para um melhor entendimento a cerca da composição social da população escrava presente nas áreas mais periféricas da Comarca do Rio das Mortes.

As limitações impostas pela fonte documental por nos trabalhada, nos permitiu perceber que as famílias cativas não podem ser percebidas somente como o fruto de enlances religiosos, uma vez que poderiam se fazer representar também sob a forma de relacionamentos consensuais, que não dependiam necessariamente do ato religioso para se concretizar.

Ficou clara a maior dificuldade que os cativos presentes nas pequenas escravarias encontravam para constituição e consolidação dos laços familiares, o que acabou refletindo diretamente no número de casais encontrados na localidade. Contudo, apesar destes obstáculos, constatou-se que as famílias cativas se fizeram representar também nestas pequenas unidades produtivas, sendo de extrema importância tanto para vida dos municípios, quanto para vida de seus senhores.

A família escrava representou para os cativos uma estratégia de sobrevivência e resistência cotidiana, fosse ela consagrada pela Igreja Católica ou não. Sem dúvida foi um alicerce para vida comunitária dos escravos, gerando não somente ganhos políticos, mas, sobretudo, contribuindo para a construção de uma identidade escrava no cativo.

Percebemos também, que embora muitos fossem os motivos pelos quais os senhores pudessem desestimular ou até mesmo proibir as uniões cativas, outros tantos os faziam incentivar a formação destes laços de parentesco. A mão-de-obra mancipia tinha ainda mais importância e significado para os pequenos proprietários residentes em áreas periféricas, como é o caso do Alto do Termo da Borda do Campo, uma vez que a reprodução endógena e a consequente formação de famílias cativas poderiam minimizar os custos gerados pela necessidade de se recorrer ao tráfico atlântico.

Embora os ganhos econômicos advindos da formação das famílias cativas fossem muito relevantes para estes pequenos proprietários, foi-nos possível comprovar que para que



essa instituição pudesse de fato existir, deveria haver antes de qualquer coisa, o consentimento entre as vontades de senhores e escravos. As famílias cativas são, portanto, o fruto de negociações entre estes dois elementos, e principalmente, a combinação entre o poder e a autonomia dos senhores e o desejo e vontade dos cativos.

Fontes utilizadas

Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi (ACAHMPAS):

Inventário, Barbacena, 1SVC Caixa 14 Ordem 10;
Inventário, Barbacena, 2SVC Caixa 132 Ordem 08;
Inventário, Barbacena, 2SVC Caixa 148 Ordem 13;
Inventário, Barbacena, 2SVC Caixa 146 Ordem 08;
Inventário, Barbacena, 1SVC Caixa 51 Ordem 29;
Inventário, Barbacena, 1SVC Caixa 52 Ordem 02;
Inventário, Barbacena, 2SVC Caixa 97 Ordem 16;
Inventário, Barbacena, 1SVC Caixa 07 Ordem 11;
Inventário, Barbacena, 2SVC Caixa 150 Ordem 23;
Inventário, Barbacena, 2SVC Caixa 08 Ordem 12.

Listas Nominativas de 1831 - disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site:
<https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em 15/05/2014.

Fontes impressas

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA.

Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia feita e ordenada pelo ilustríssimo e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, arcebispado do dito Arcebispado, e do Conselho de sua majestade: propostas e aceitas e, Sínodo Diocesano, que o dito senhor



celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Primeira edição, Lisboa 1719 e Coimbra. São Paulo: Typografia2 de dezembro de Antônio Louzada Nunes, 1853.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carla. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. In: *Lócus*, v. 11. Juiz de Fora: 2006. pp. 137-160.

COSTA, Emília Viotti. *Da senzala a colônia*. 3ª edição. São Paulo: UNESP, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Fatima, Maria, de. (Org). *O Brasil Colonial 1720-1821*. Vol. 3. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, Jose Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: *Conquistadores e negociantes – História de elites no antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850*. 2ª edição. Trad: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Cacilda da Silva. *A Trama das Vontades: Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São Jose dos Pinhais – PR, passagem do século XVIII para o XIX)*. Tese de Doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAFESP. Annablume, 1999.



OLIVEIRA, Mônica. R. Avô imigrante, pai lavrador, neto cafeicultor: análise de trajetórias intergeracionais na América Portuguesa (séculos XVIII e XIX). In: *Varia História*. v. 27. UFMG, 2011.pp. 625-644.

OLIVEIRA, Mônica. R. Famílias dos Sertões da Mantiqueira. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. v, XLVIII, 2012.pp. 100-115.

PAIVA, Clotilde Andrade & BOTELHO, Tarcísio R. População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. In: *Anais do VII Seminário Sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1995.

RESENDE, E. M. Os senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo no século XVIII. In: *Mal-Estar e Sociedade*, v. 1. 2009.pp. 121-143.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado da Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 2012.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.